

Essa polarização, contudo, introduz riscos e tende a aumentar a margem de erro nas possíveis propostas intervencionistas, derivadas desse contexto analítico. Entre outras razões, porque dentro do chamado setor agrícola há uma gama bastante variada de atividades produtivas, compreendendo outros subsetores como os de hortaliças e olerícolas, de criação de animais, etc. e suas composições a nível de propriedade e a nível regional que não podem ser esquecidas. Ademais, o reducionismo que transforma a colocação dos problemas do setor nessa ordem de grandeza, subestima, e mesmo embaraça, a análise de dois aspectos relevantes: o primeiro que o setor agrícola está integrado ao sistema econômico, não existindo isoladamente, e dependendo virtualmente do que nele ocorre. Ou seja, por exemplo, que a direção tomada pela política monetária, em face do problema da dívida interna, coloca sérias restrições ao fornecimento dos recursos públicos para o financiamento do setor, afetando evidentemente o montante desses recursos alocados ao custeio e comercialização dos produtos alimentares. Isso quer dizer que o comportamento evolutivo do setor rural passa por e depende de questões econômicas de ordem geral. Assim, não basta reivindicar recursos públicos para essa ou aquela atividade – justificável apenas para solucionar estrangulamentos de oferta no curto prazo – mas planejar políticas que levam em conta o grau de integração existente entre o setor agrícola e os demais e como isso interfere dentro dele.

O outro aspecto relevante é aquele que confunde a produção de produtos agrícolas com seus respectivos produtores, havendo, por essa causa, associação entre produtos alimentares e pequenos e médios produtores e produtos exportáveis com grandes produtores. Levando às últimas consequências lógicas é claro que se os produtos exportáveis receberam maior proteção da política agrícola, por decorrência, também os grandes produtores foram privilegiados.

A união dos dois aspectos derivados da visão reducionista, isto é, o pensar a realidade do setor agrícola como isolada dos demais setores da economia, juntamente ao estabelecimento de relações rígidas entre produtos e produtores, leva novamente como consequência lógica a imaginar que a solução da problemática do setor seja essencialmente de nível interno, e que para isso é suficiente redirecionar o conjunto das medidas de política para o lado discriminado, ou seja, o subsetor de produção de alimentos.

Outra consequência lógica dessa perspectiva está centrada na questão tecnológica. É afirmado, freqüentemente, que a tecnologia gerada privilegiou apenas o grande produtor agrícola em detrimento dos demais, pois surgiu no mesmo contexto excludente.

Inicialmente propôs-se comprovar que o setor agrícola transcende esse detectar simplificado de sua realidade, escolhendo, a propósito, um produto agrícola de exportação e que ao longo da história tem recebido as benesses das autoridades governamentais relativamente aos demais. Conclui-se que:

- as tecnologias geradas para o setor produtivo cafeeiro foram adequadas à escassez de fatores, pela preponderância daquelas poupadoras de terra;
- essas tecnologias, uma vez adotadas, não interferiram no perfil de distribuição da produção de café entre produtores, isto é, não foram incentivadoras de sua concentração; e
- também elas não impediram a adoção massiva, dadas as características de não exigir escala econômica, isto é, são divisíveis.

Ignorar esses resultados significa esquecer-se, neste Estado, de pelo menos 16% de pequenas e médias propriedades do universo de propriedades existente ⁽⁵⁾, se esse fato associar-se a idéia de que o produto café e seus produtores não necessitam de estímulos e apoio via política, pelo fato de terem, ao longo dos anos, contado com isso em detrimento dos produtos alimentares.

Concluindo, ratifica-se o imperativo de que para o processo de acumulação o que interessa é o aumento da produtividade do trabalho que, no caso da agricultura, é função tanto de tecnologias poupadoras de terra quanto de trabalho. Aparentemente existem, portanto, fortes razões para acreditar nessa lógica implacável, isenta por tudo de considerações altruístas ou malévolas – as evidências encontradas as confirmam.

Desse modo, estar comprometido com transformações para uma sociedade mais igualitária implica, antes de mais nada, evitar o

⁽⁵⁾ Segundo os levantamentos estatísticos das Previsões e Estimativas de Safras Agrícolas IEA/CATI existem, no Estado, aproximadamente 300.000 propriedades rurais acima de 3,0ha. As 47.078 pequenas e médias propriedades cafeicultoras representam por volta de 16% do total.